

SUMÁRIO

Capítulo I

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS	29
1. O processo penal em síntese, do inquérito policial à sentença	29
2. Prazo para a instrução processual e prolação da sentença	36
2.1. Sentença condenatória proferida oralmente em audiência	40
3. Princípios aplicáveis na construção da sentença penal.....	42
3.1. Princípio da motivação das decisões judiciais. Liberdade de convencimento e fundamentação suficiente	42
3.2. Princípio da identidade física do juiz	44
3.3. Princípio da correlação ou adstrição. Independência jurisdicional diante da opinião do Ministério Público pela absolvição do réu	45
3.4. Princípio da imparcialidade do julgador	49
3.5. Princípio do <i>in dubio pro reo</i>	50
3.6. Princípio da verdade real e o julgamento justo da causa	51
4. A estrutura jurídica da sentença penal.....	54
4.1. Preâmbulo	55
4.2. Ementa.....	55
4.3. Relatório	56
4.4. Fundamentação	59
4.5. Dispositivo	61
4.6. Autenticação	63

Capítulo II

A FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	65
1. Explanações Iniciais.....	65
2. Preliminares de Mérito.....	67

2.1.	Aplicações práticas de maior incidência.....	70
2.1.1.	Violação de domicílio sem mandado judicial	70
2.1.2.	Ausência do Ministério Público à audiência de instrução.....	74
2.1.3.	Inversão da ordem de inquirição em audiência nos crimes de tráfico de drogas.....	77
2.1.4.	Crimes de tráfico de drogas e defesa preliminar após o recebimento da denúncia.....	78
2.1.5.	Leitura em audiência do depoimento prestado na fase extrajudicial e ratificado em juízo	79
2.1.6.	Reconhecimento de pessoa por fotografia.....	80
2.1.7.	Investigação criminal conduzida pelo Ministério Público	83
2.1.8.	Dependência toxicológica	85
2.1.9.	Acesso policial a dados armazenados em telefone celular	86
2.1.10.	Ligação telefônica atendida por policial.....	88
2.1.11.	Busca e apreensão em escritório de advocacia	90
2.1.12.	Ausência do “Aviso de Miranda” e o interrogatório sub-reptício	91
2.1.13.	Busca pessoal mediante infundadas suspeitas.....	93
3.	Mérito	93
3.1.	Explicação inicial	93
3.2.	Distribuição do ônus da prova	95
3.3.	Materialidade delitiva.....	97
3.3.1.	Corpo de delito e vestígios da infração penal.....	99
3.3.2.	Crimes não transeuntes e ausência do exame de corpo de delito.....	100
3.3.2.1.	Ausência do exame de constatação toxicológica	102
3.3.2.2.	Ausência do exame de conjunção carnal.....	104
3.3.2.3.	Ausência do exame necroscópico	106
3.3.3.	Crimes transeuntes e prova da materialidade delitiva.....	107
3.4.	Autoria delitiva	108
3.4.1.	Aplicações práticas de maior incidência	109
3.4.1.1.	Depoimentos colhidos na fase investigatória.....	109
3.4.1.2.	Testemunhos exclusivos de policiais	110
3.4.1.3.	Testemunho exclusivo da vítima.....	112
3.4.1.4.	Interceptação telefônica e falta de exame pericial para a identificação da voz.....	113

3.4.1.5.	Confissão.....	114
3.5.	Elementos do crime	115
3.5.1.	Juízo de tipicidade	116
3.5.1.1.	<i>Emendatio libelli</i>	116
3.5.1.2.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz	118
3.5.1.3.	Deslocamento para o tipo derivado e presença de mais de uma qualificadora	120
3.5.1.4.	Circunstâncias qualificadoras e fundamentação específica	122
3.5.1.5.	Reconhecimento de circunstâncias minorantes e majorantes	123
3.5.1.6.	Circunstâncias majorantes que constituem tipos penais autônomos: concurso de delitos ou conflito aparente de normas penais?	125
3.5.1.6.1.	Organização criminosa armada, associação para o tráfico de drogas armada e crime de porte ilegal de arma de fogo	131
3.5.1.6.2.	Organização criminosa e tráfico de drogas majorados pela participação de criança ou adolescente e crime de corrupção de menores.....	134
3.5.1.6.3.	Tortura mediante sequestro e crime de sequestro.....	136
3.5.1.6.4.	Comércio ilegal de arma de fogo por agente público e crime de peculato.....	138
3.5.1.6.5.	Roubo majorado pelo concurso de pessoas e crime de associação criminosa	141
3.5.1.6.6.	Sintetizando e concluindo o tema	143
3.5.2.	Ilicitude e culpabilidade.....	144
3.6.	As circunstâncias mediais do processo dosimétrico: atenuantes e agravantes	145
3.6.1.	Considerações gerais.....	145
3.6.1.1.	Conceito e classificação.....	145
3.6.1.2.	Previsão legislativa e normativa	149
3.6.1.3.	Aplicação aos crimes dolosos e culposos.....	149
3.6.1.4.	Direito subjetivo e ônus da prova	150
3.6.1.5.	Reconhecimento e aplicação de ofício pelo juiz	151
3.6.1.6.	Reconhecimento e amparo probatório.....	152
3.6.1.7.	Reconhecimento e previsibilidade das agravantes.....	154
3.6.1.8.	Incidência residual ou subsidiária	159
3.6.1.9.	Valoração fracionária das circunstâncias.....	161
3.6.1.10.	Hipóteses de concursos e critérios de solução	164

3.6.1.11.	A aplicação da Súmula 231 do STJ	165
3.6.1.11.1.	Fundamentos doutrinários contrários ao entendimento sumulado	170
3.6.1.11.2.	O REsp 1.869.764/MS e os fundamentos do voto de relatoria ..	173
3.6.1.11.3.	Sintetizando e concluindo o tema	179
3.6.2.	Circunstâncias atenuantes	181
3.6.2.1.	Circunstâncias atenuantes nominadas	181
3.6.2.1.1.	Idade do réu	182
3.6.2.1.1.1.	Menoridade e senilidade nos crimes de violência sexual contra a mulher	184
3.6.2.1.2.	Desconhecimento da lei	186
3.6.2.1.2.1.	Desconhecimento da lei e desconhecimento da ilicitude do fato	187
3.6.2.1.2.2.	Desconhecimento da lei e contravenções penais	188
3.6.2.1.3.	Motivações do crime	188
3.6.2.1.3.1.	Relevante valor moral ou social	188
3.6.2.1.3.2.	Coação resistível	189
3.6.2.1.3.3.	Ordem de autoridade superior	191
3.6.2.1.3.4.	Influência de violenta emoção	195
3.6.2.1.3.5.	Influência de multidão em tumulto	196
3.6.2.1.4.	Manifestações de arrependimento	196
3.6.2.1.4.1.	Evitabilidade ou minoração das consequências do crime	197
3.6.2.1.4.2.	Reparação do dano	198
3.6.2.1.4.3.	Confissão espontânea e o REsp n. 2.001.973/RS	199
3.6.2.1.4.3.1.	Confissão Espontânea e Confissão Sobre Fato Incontroverso	202
3.6.2.1.4.3.2.	Confissão Espontânea e Reconhecimento do Fato	204
3.6.2.1.4.3.3.	Confissão como estratégia de defesa	206
3.6.2.1.4.3.4.	Confissão espontânea como “trade-off”	207
3.6.2.1.4.3.5.	Confissão retratada	209
3.6.2.1.4.3.6.	Confissão fracionada	211
3.6.2.1.4.3.7.	Confissão qualificada	213
3.6.2.1.4.3.8.	Sintetizando e concluindo o tema	217
3.6.2.2.	Circunstâncias atenuantes inominadas	220

3.6.2.2.1.	Circunstância relevante anterior ao crime, não prevista em lei.....	220
3.6.2.2.2.	Circunstância relevante posterior ao crime, não prevista em lei.....	225
3.6.2.3.	Circunstância “atenuante”: pena cumprida no estrangeiro.....	228
3.6.3.	Circunstâncias agravantes.....	231
3.6.3.1.	Reincidência penal.....	231
3.6.3.1.1.	Contravenção penal.....	232
3.6.3.1.2.	Institutos penais que afastam a reincidência.....	233
3.6.3.1.3.	Causas extintivas da punibilidade que não afetam a reincidência.....	239
3.6.3.1.4.	Divergência e incongruência: condenação anterior exclusivamente a pena de multa e condenação anterior por posse de drogas para consumo pessoal.....	241
3.6.3.1.5.	Reincidência específica.....	244
3.6.3.1.6.	(In)constitucionalidade da reincidência.....	245
3.6.3.1.7.	Multirreincidência.....	246
3.6.3.2.	Motivos do crime: fútil ou torpe.....	246
3.6.3.3.	Finalidades do crime: facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime.....	248
3.6.3.4.	Modos de execução do crime.....	250
3.6.3.4.1.	Recursos que tornam difícil ou impossível a defesa do ofendido: traição, emboscada, dissimulação e outros.....	250
3.6.3.4.2.	Emprego de meio insidioso ou cruel: veneno, fogo, explosivo, tortura e outros.....	252
3.6.3.4.3.	Emprego de recurso que pode resultar perigo comum.....	254
3.6.3.5.	Vítima.....	255
3.6.3.5.1.	Crime praticado contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	255
3.6.3.5.2.	Crime praticado contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida.....	256
3.6.3.5.3.	Crime praticado contra ofendido sob a imediata proteção da autoridade.....	258
3.6.3.6.	Circunstâncias que oportunizam a conduta.....	260
3.6.3.6.1.	Crime praticado com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou com violência contra a mulher na forma da lei específica.....	261
3.6.3.6.1.1.	Relações domésticas e relação padrastal.....	263

3.6.3.6.1.2.	Coabitação, hospitalidade e relações de parentesco.....	265
3.6.3.6.2.	Crime praticado com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão.....	267
3.6.3.6.3.	Crime praticado em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido.....	269
3.6.3.6.4.	Crime praticado em estado de embriaguez preordenada	271
3.6.3.7.	Local do crime: dependências de instituição de ensino.....	272
3.6.4.	Agravantes em caso de concurso de pessoas	275
3.6.4.1.	Agravação da pena a quem promove ou organiza a cooperação no crime ou dirige a atividade dos demais agentes.....	275
3.6.4.2.	Agravação da pena a quem coage ou induz outrem à execução material do crime	276
3.6.4.3.	Agravação da pena a quem instiga ou determina a cometer o crime alguém sujeito à sua autoridade ou não punível em virtude de condição ou qualidade pessoal.....	278
3.6.4.4.	Agravação da pena a quem executa o crime, ou nele participa, mediante paga ou promessa de recompensa.....	284
3.7.	Concurso entre agravantes e atenuantes.....	285
3.7.1.	Cumulação homogênea	286
3.7.2.	Cumulação heterogênea	286
3.7.2.1.	Diferença entre compensação e preponderância.....	287
3.7.2.2.	Concurso entre agravantes e atenuantes simples.....	288
3.7.2.3.	Concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes preponderantes	293
3.7.2.3.1.	A divergência entre o STF e o STJ sobre o concurso entre confissão espontânea e reincidência.....	301
3.7.2.3.2.	Confissão espontânea e agravantes à luz do REsp n. 2.001.973/RS	303
3.7.2.3.3.	Concluindo o tema: hipóteses de concurso e critérios de solução.....	305
3.7.2.4.	Concurso entre circunstâncias simples e circunstâncias preponderantes	307
3.8.	As circunstâncias finais do processo dosimétrico. Minorantes e majorantes.....	310
3.8.1.	Considerações gerais.....	310
3.8.1.1.	Conceito e classificação.....	310
3.8.1.2.	Previsão legislativa e normativa	311

3.8.1.3.	Direito subjetivo e ônus da prova	311
3.8.1.4.	Reconhecimento e aplicação de ofício pelo juiz	312
3.8.1.5.	Reconhecimento e amparo probatório.....	313
3.8.1.6.	Reconhecimento e previsibilidade das majorantes.....	315
3.8.1.7.	Incidência prioritária, não residual ou subsidiária.....	316
3.8.1.8.	Concurso de circunstâncias e critérios de solução.....	317
3.8.1.9.	Valoração fracionária ou multiplicativa das circunstâncias.....	318
3.8.2.	A questão da reiterada lavagem de dinheiro por organização criminosa e a continuidade delitiva.....	321
3.8.3.	Circunstâncias minorantes e modulação da fração redutora da pena. Aplicações práticas de maior incidência.....	322
3.8.3.1.	Crime tentado.....	323
3.8.3.1.1.	Valoração da proximidade da consumação para a redução da pena nos crimes de homicídio e latrocínio tentados	324
3.8.3.2.	Arrependimento posterior.....	327
3.8.3.3.	Semi-imputabilidade	328
3.8.3.4.	Participação de menor importância	330
3.8.3.5.	Furto “privilegiado”	332
3.8.3.5.1.	A questão do furto qualificado-privilegiado-majorado	335
3.8.3.6.	Homicídio “privilegiado”	337
3.8.3.7.	Tráfico “privilegiado” de drogas proscritas.....	339
3.8.3.7.1.	Natureza e quantidade das drogas como parâmetros para valoração da pena-base e da pena definitiva	341
3.8.4.	Circunstâncias majorantes e modulação da fração intensificadora da pena	344
3.8.4.1.	Valoração quantitativa das majorantes em concurso	345
3.8.4.2.	Valoração qualitativa das majorantes em concurso	346
3.8.4.3.	Inconstitucionalidade material do §2º-A do artigo 157 do Código Penal	349
3.8.4.4.	Valoração de majorantes como circunstâncias judiciais.....	353
3.8.4.5.	Concurso entre majorantes e entre minorantes. Possibilidade de compensação. Artigo 68, pu., do Código Penal	356
3.9.	Impossibilidade de compensação entre circunstâncias de fases distintas do processo dosimétrico	363
3.10.	Valoração de qualificadoras e minorantes coexistentes no mesmo tipo penal.....	365
3.11.	Qualificadoras, agravantes e majorantes. Diferenças conceituais e valorativas.....	369

3.12. Concurso de Crimes	372
3.12.1. Espécies de concurso e critérios para definição da pena	372
3.12.1.1. Critério do cúmulo material.....	372
3.12.1.2. Critério da exasperação.....	375
3.12.1.2.1. Indefinição sobre a quantidade de crimes concorrentes	379
3.12.1.3. Critério do cúmulo material benéfico.....	382
3.12.1.4. Concorrência de concurso de crimes.....	382
3.12.2. Aplicação cumulativa da “pena correspondente à violência”	386
3.13. Aplicação das circunstâncias mediais e finais do processo dosimétrico em relação aos crimes de competência do Tribunal do Júri.....	388
3.14. Valoração das “relações domésticas” para a dosimetria da pena nos crimes de violência contra mulher	391

Capítulo III

A REALIZAÇÃO DO PROCESSO DOSIMÉTRICO	395
1. O sistema trifásico da dosimetria penal.....	395
2. Princípios aplicáveis ao processo dosimétrico	399
2.1. Princípio da individualização da pena.....	399
2.2. Princípio da discricionariedade jurisdicional.....	400
2.2.1. Previsão legal de penas alternativas	402
2.3. Princípio da obediência aos parâmetros da pena abstrata	404
2.4. Princípios da necessidade e suficiência da pena	407
2.4.1. Valoração da necessidade da pena em face da irrelevância atual do fato penal.....	409
2.4.2. Desnecessidade da pena e perdão judicial	413
2.5. Princípio da vedação ao <i>bis in idem</i>	418
2.6. Princípio da não culpabilidade ou da presunção de inocência.....	423
3. Dosimetria penal. Primeira etapa	425
3.1. As circunstâncias prefaciais do processo dosimétrico. Considerações gerais.....	425
3.1.1. Conceito e classificação	425
3.1.2. Previsão legislativa e normativa	426
3.1.3. Direito subjetivo e ônus da prova.....	426
3.1.4. Reconhecimento e aplicação de ofício pelo juiz.....	427
3.1.5. Incidência residual ou subsidiária.....	427
3.1.6. Ausência de parâmetros legais e valoração das circunstâncias	429

3.1.7. Compensação entre circunstâncias judiciais	429
3.2. Análise das circunstâncias judiciais.....	430
3.2.1. Culpabilidade	431
3.2.2. Antecedentes.....	434
3.2.2.1. Multirreincidência	434
3.2.2.2. Período depurador e o direito ao esquecimento.....	435
3.2.2.3. Crime anterior e trânsito em julgado posterior à data do crime em julgamento	440
3.2.3. Conduta social.....	442
3.2.4. Personalidade do agente.....	443
3.2.4.1. Percepção sistêmica da personalidade	444
3.2.4.2. Atos infracionais e condenações criminais anteriores.....	445
3.2.5. Motivos do crime.....	447
3.2.6. Circunstâncias do crime.....	448
3.2.7. Consequências do crime	450
3.2.8. Comportamento da vítima.....	451
3.3. Fixação da pena-base.....	453
3.3.1. Valoração das circunstâncias judiciais.....	454
3.3.1.1. Critério da proporcionalidade numérica.....	454
3.3.1.2. Critério da proporcionalidade axiológica.....	456
3.3.2. Valoração dos maus antecedentes diante do acúmulo de títulos condenatórios.....	457
3.3.3. Determinação da Base de Incidência.....	459
3.3.4. Fixação da pena-base pela aplicação do termo médio	465
3.4. Circunstâncias judiciais preponderantes	469
3.4.1. Circunstâncias judiciais na Lei de Drogas	469
3.4.2. Circunstâncias judiciais no Código de Trânsito.....	471
3.4.3. Circunstâncias judiciais na Lei de Crimes Ambientais.....	472
3.4.4. Valoração das circunstâncias preponderantes.....	473
3.5. Principais considerações quanto ao processo de fixação da pena-base.....	475
3.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM.....	477
4. Dosimetria penal. Segunda etapa	479
4.1. Valoração das circunstâncias mediais	479
4.2. Determinação da base de incidência	484

4.3.	Cálculo da pena intermediária.....	485
4.4.	Valoração da multirreincidência.....	490
4.5.	Principais considerações quanto ao processo de fixação da pena intermediária..	493
5.	Dosimetria penal. Terceira etapa	495
5.1.	Valoração das causas de diminuição e de aumento.....	495
5.2.	Determinação da base de incidência.....	497
5.3.	Concurso de minorantes e majorantes e o cálculo para a definição da pena	497
5.3.1.	Método cumulativo	497
5.3.2.	Método não cumulativo.....	499
5.3.3.	Sistema da incidência diferenciada	501
5.4.	Valoração do método ou sistema ideal.....	502
5.5.	Principais considerações quanto ao processo de fixação da pena definitiva	507
6.	Processo dosimétrico da pena de multa.....	508
6.1.	Sistema da dosimetria da pena de multa	508
6.2.	Princípios aplicáveis ao processo dosimétrico da pena de multa	509
6.2.1.	Princípio da obediência aos parâmetros da pena abstrata.....	509
6.2.2.	Princípio da proporcionalidade.....	510
6.2.3.	Princípios da necessidade e suficiência da pena	516
6.2.4.	Princípio da personalidade ou da intranscendência.....	518
6.3.	Dosagem da pena de multa em face do concurso de crimes.....	519
6.4.	Multa substitutiva ou vicariante.....	521
6.4.1.	Anuência do sentenciado	523
6.4.2.	Multa cumulada e substituição da pena privativa de liberdade	524
6.4.3.	Concurso de crimes	527
6.4.4.	Mensuração do valor da multa vicariante.....	527
6.5.	Inadimplemento da pena de multa e seus efeitos	528
6.5.1.	Impossibilidade de conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade	528
6.5.2.	Impossibilidade de extensão da obrigação aos herdeiros do condenado	529
6.5.3.	Impossibilidade de extinção da punibilidade do condenado em relação à pena privativa de liberdade.....	530
6.5.4.	Impossibilidade de progressão do regime prisional	532
7.	Dosimetria penal conjunta	532
7.1.	Pluralidade de Réus	532

7.2. Pluralidade de Crimes	536
8. Revisão da dosimetria da pena pelas instâncias superiores	539
Capítulo IV	
O CONTEÚDO DECISÓRIO DO DISPOSITIVO E AS PROVIDÊNCIAS FINAIS	543
1. Conteúdo decisório.....	543
1.1. Substituição da pena privativa de liberdade por medida de segurança.....	544
1.1.1. Desnecessidade de realização do processo dosimétrico	546
1.2. Fixação do regime prisional preambular	549
1.2.1. Gradação do regime prisional conforme a espécie da pena privativa de liberdade	549
1.2.2. Gradação do regime prisional conforme a quantidade da pena aplicada, a reincidência e as circunstâncias judiciais	550
1.2.3. Regime prisional <i>per saltum</i>	553
1.2.4. Detração penal.....	556
1.2.4.1. Detração penal e progressão de regime	561
1.2.4.2. Competência concorrente.....	562
1.2.5. Conclusões	563
1.2.6. Disposições do Manual Prático de Decisões Penais da ENFAM	565
1.3. Substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos	566
1.3.1. Pressupostos.....	566
1.3.2. Penas restritivas de direitos aplicáveis	569
1.3.3. Direito subjetivo e anuência do sentenciado	570
1.3.4. Concurso de crimes e penas privativas de liberdade de naturezas diferentes.....	571
1.3.5. Penas substitutivas de mesma espécie	575
1.3.6. Juízo competente	577
1.4. Suspensão condicional da pena.....	577
1.5. Medidas cautelares.....	580
1.5.1. Possibilidades.....	580
1.5.2. Fundamentos	583
1.5.3. Imposição, manutenção e restabelecimento	585
1.5.4. Disposições do Manual Prático de decisões penais da ENFAM	588
1.5.5. Prisão preventiva e a sua (in)compatibilidade com o regime semiaberto ou aberto. Adequação pelo juízo da execução	590

1.6.	Fixação do valor mínimo para reparação dos danos causados pela infração	592
1.6.1.	Danos morais coletivos.....	597
1.7.	Efeitos da condenação	600
1.7.1.	Efeitos automáticos	600
1.7.1.1.	Obrigação de indenizar	601
1.7.1.2.	Perda de instrumentos ou produtos do crime, de bens ou valores auferidos com a sua prática	601
1.7.1.3.	Perda de bens ou valores equivalentes ao produto ou proveito do crime	602
1.7.1.4.	Perda de bens incompatíveis com o patrimônio líquido do condenado.....	603
1.7.1.5.	Suspensão dos direitos políticos	605
1.7.2.	Efeitos não automáticos.....	606
1.7.2.1.	Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	608
1.7.2.2.	Incapacidade para o exercício do poder familiar, da tutela ou da curatela	613
1.7.2.3.	Inabilitação para dirigir veículo.....	616
1.7.2.4.	Suspensão da eficácia do CNPJ em crimes de receptação qualificada.....	620
1.8.	Efeitos ao condenado por violência de gênero contra a mulher.....	623
1.9.	Efeitos da condenação nos crimes de organização criminosa	624
1.10.	Efeitos da condenação nos crimes de tortura.....	624
1.11.	Efeitos da condenação nos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor..	626
2.	Providências finais para cumprimento imediato.....	627
2.1.	Publicação da sentença.....	627
2.2.	Intimação do sentenciado	629
2.3.	Intimação do defensor constituído e do defensor dativo	630
2.4.	Intimação do Ministério Público, da Defensoria Pública, do querelante e do assistente da acusação	631
2.5.	Intimação da vítima	632
2.6.	Expedição de alvará de soltura	632
2.7.	Expedição de mandado de prisão preventiva e guia de execução provisória da pena.....	633
2.8.	Envio de arma de fogo ao comando do exército.....	635
2.9.	Restituição de bens apreendidos	636
2.10.	Comunicação à Polícia Judiciária	636

3. Providências finais para cumprimento após o trânsito em julgado da sentença.....	637
3.1. Rol de culpados	637
3.2. Guia de execução definitiva.....	638
3.3. Custas processuais.....	639
3.4. Pagamento da pena de multa.....	642
3.5. Comunicação à justiça eleitoral	643
3.6. Destruição de drogas apreendidas.....	644
3.7. Avaliação e venda dos bens em leilão público.....	645
Capítulo V	
A SENTENÇA PENAL NAS PROVAS OBJETIVAS	647
1. Questões da Magistratura	647
2. Questões da Defensoria Pública.....	652
3. Questões do Ministério Público.....	655
4. Questões do ENAM	657
Capítulo VI	
MODELOS DE SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA	659
Capítulo VII	
SÚMULAS DO STJ E DO STF APLICÁVEIS À SENTENÇA PENAL	739
Súmulas do STJ	739
Súmulas do STF	744
REFERÊNCIAS	745